



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas, englobando desinfestação, desinsetização, desratização**, com execução por demanda, para atender às necessidades dos *Campi* Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Amajari e Novo Paraíso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, por um período de 12 meses, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO
1	Prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas, englobando desinfestação, desinsetização, desratização, com execução por demanda, para atender às necessidades do <i>Campus</i> Boa Vista, com área interna de 18.699,25m ² e externa de 23.374,75m ²
2	Prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas, englobando desinfestação, desinsetização, desratização, com execução por demanda, para atender às necessidades do <i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste, com área interna de 3.573,50 m ² e externa de 9.812,50m ²
3	Prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas, englobando desinfestação, desinsetização, desratização, com execução por demanda, para atender às necessidades do <i>Campus</i> Novo Paraíso, com área interna de 8.386m ² e externa de 25.000m ²
4	Prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas, englobando desinfestação, desinsetização, desratização, com execução por demanda, para atender às necessidades do <i>Campus</i> Amajari, com área interna de 8.248m ²
VALOR TOTAL:	

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão gerenciador: <i>CAMPUS BOA VISTA</i>					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	Unidade de medida	Áreas	Quantidade mínima	Quantidade máxima
1	Prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas, englobando desinfestação, desinsetização, desratização, com execução por demanda.	M²	Interna	18.699,25	93.496,25
			Externa	23.374,75	46.749,75
TOTAL m²:				42.074	140.246

Órgão participante: CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	Unidade de medida	Áreas	Quantidade mínima	Quantidade máxima
2	Prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas, englobando desinfestação, desinsetização, desratização, com execução por demanda.	M²	Interna	3.573,50	14.293
			Externa	9.812,50	39.250
TOTAL m²:				13.386,00	53.543

Órgão participante: <i>CAMPUS NOVO PARAÍSO</i>					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	Unidade de medida	Áreas	Quantidade mínima	Quantidade máxima
3	Prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas, englobando desinfestação, desinsetização, desratização, com execução por demanda.	M²	Interna	8.386	50.316
			Externa	25.000	50.000
TOTAL m²:				33.386	100.316

Órgão participante: <i>CAMPUS AMAJARI</i>					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	Unidade de medida	Áreas	Quantidade mínima	Quantidade máxima
4	Prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas, englobando desinfestação, desinsetização, desratização, com execução por demanda.	M ²	Interna	8.248	16.496
TOTAL m ² :				8.248	16.496

1.3. A contratação para execução dos serviços será através de licitação na modalidade pregão eletrônico – Sistema de Registro de Preços – SRP, em conformidade com o art. 3º, II, do Decreto 7.892/2013.

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

[...]

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

1.4. O órgão gerenciador será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – *Campus Boa Vista*, Gestão 26437 e UASG 158350.

1.5. Deverá ser considerada, para a execução do serviço, a solicitação feita pela administração dos *Campi Boa Vista*, *Boa Vista Zona Oeste*, *Amajari* e *Novo Paraíso* por meio de ordem serviço (ANEXO) onde será identificada a metragem a ser executada.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A natureza do serviço terá caráter contínuo, podendo a contratação ser prorrogada no interesse da administração, nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme Estudo Preliminar anexo, a contratação dos serviços se justifica considerando a necessidade de manter em pleno funcionamento as instalações dos *Campi Boa Vista*, *Boa Vista Zona Oeste*, *Amajari* e *Novo Paraíso* do IFRR, sem a presença indesejável de vários tipos de insetos e animais nocivos à saúde, como é o caso do transmissor do vírus da dengue, proporcionando assim, ambiente agradável para o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas, torna-se imprescindível a contratação de uma empresa especializada em controle sanitário, mantendo o controle biológico das pragas urbanas.

2.2. Com a contratação a Administração espera propiciar a manutenção das condições ambientais e dos imóveis disponibilizados aos seus discentes, servidores e colaboradores, evitando os riscos de contaminação por agentes externos que são facilmente eliminados por meio dos serviços ora propostos, propiciando as condições de higiene adequadas, prevenindo e/ou combatendo doenças e acidentes, elevando os níveis de satisfação e motivação pessoal.

2.3. A natureza do serviço a ser contratado é de caráter contínuo, visto que é essencial aos Campi a realização do controle de pragas urbanas e manutenção de um ambiente adequado aos seus usuários. A interrupção da disponibilidade do serviço poderá comprometer a continuidade das atividades da Administração.

2.4. Pela diversidade de métodos de monitoramento e controle modernos disponíveis no mercado é necessária a contratação de firma especializada para a prestação de serviços de controle integrado de vetores, pragas urbanas e pragas de áreas comuns para os *Campi Boa Vista*, *Boa Vista Zona Oeste*, *Amajari* e *Novo Paraíso*. O serviço deve compreender controle preventivo e controle (químico, físico ou biológico) utilizando métodos comprovadamente eficazes e eficientes.

2.5. Justifica-se a adoção da licitação na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, pelo Sistema de Registro de Preços, por estar evidenciada a necessidade de contratações frequentes e por ser conveniente a contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa, enquadrando-se no descrito no art. 3º, incisos I e II, do Decreto 7.892/2013.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

3.2 A presente despesa encontra respaldo na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; Decreto nº 3.784, de 06 de abril de 2001; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; IN/SEGES/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017, bem como demais legislações pertinentes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

3.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. Os serviços de **desinfestação, desinsetização, desratização** dos *Campi* Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Amajari e Novo Paraíso deverão contemplar o fornecimento de todo material, ferramentas, utensílios e equipamentos, devendo ser realizados em todos os ambientes dos prédios já mencionados, além de rodapés, batentes de portas, caixa de gordura, esgoto, lixeiras, ralos, entre outros locais a serem definidos pela contratante.

4.1.2. As áreas descritas na quantidade máxima das tabelas do item 1.2 correspondem ao total máximo dos serviços a serem executados por *Campus* pelo período de 12 meses.

4.1.3. Limitado à metragem máxima descrita no item 1.2, poderão ocorrer até 5 (cinco) execuções do serviço por ano na área interna e 2 (duas) na área externa do *Campus* Boa Vista. Para o *Campus* Boa Vista Zona Oeste fica limitada a até 4 (quatro) execuções para cada uma das áreas. Para o *Campus* Novo Paraíso poderão ocorrer até 6 (seis) execuções do serviço por ano na área interna e 2 (duas) na área externa. Para o *Campus* Amajari fica limitada a até 02 (dois) execuções do serviço para a área interna por ano.

4.1.4. Para cada aplicação é obrigatório o acompanhamento mensal do objeto realizado, compreendendo o mês da prestação do serviço e os dois subsequentes, conforme garantia disposta no subitem 4.1.17 deste Termo de Referência.

4.1.5. O acompanhamento mensal do objeto realizado compreende serviços como o recolhimento de iscas e animais mortos, dentre outros pertinentes à correta execução do objeto.

4.1.6. As solicitações de execução dos serviços ocorrerão mediante as necessidades de setores específicos de cada *Campus*, definidas em momento oportuno, conforme oportunidade e conveniência da Administração.

4.1.7. As técnicas de aplicação compreendem as etapas a seguir:

a) Pulverização (spray): emprego de bomba de alta pressão, com pulverização em leque, atingindo 30% de amplitude, de forma a penetrar em todas as frestas e esconderijos de insetos, com aplicação em todos os rodapés (internos e externos), banheiros, caixas de gordura, ralos, etc.

b) Iscagem: para controle de roedores e formigas, de ação cumulativa, aplicadas em áreas secas, com aplicação em grelha, pátio, esgotos, etc.

c) Gel: inseticida à base de hidrometilona, empregado em locais que inviabilizam a aplicação líquida e nos locais que justifiquem essa aplicação.

4.1.8. Na execução dos serviços deverão ser utilizadas técnicas de pulverização (spray), iscagem e gel, com uso de produto incolor, inodoro, **inofensivo à saúde humana** e eficaz no combate e extermínio de insetos rasteiros e voadores, formigas, baratas e roedores.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

4.1.9. A contratada deverá realizar a aplicação de produtos em um número mínimo de caixas de esgotos de modo a assegurar a necessária proteção, bem como aplicar iscas em todas as caixas de energia e hidrantes.

4.1.10. A empresa contratada deverá utilizar produtos com registro junto a órgão competente do Ministério da Saúde, observando a técnica de aplicação e a concentração máxima especificada, atendendo as instruções do fabricante e obedecendo a legislação pertinente.

4.1.11. A coleta, limpeza e destinação correta de possíveis animais, insetos e/ou roedores que aparecerem mortos durante o processo de aplicação dos produtos deverá ser realizada pela contratada mediante pronto atendimento à solicitação por parte da fiscalização do contrato.

4.1.12. É necessário o fornecimento, junto com a nota fiscal/fatura, do Certificado ou Comprovante de Execução de serviço, devidamente assinado pelo técnico responsável pela empresa.

4.1.13. O responsável técnico para manipulação e aplicação dos produtos, deverá ser legalmente habilitado, podendo ser: biólogo, farmacêutico, químico, engenheiro químico, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, médico veterinário ou outro profissional que possua as atribuições do respectivo Conselho de Classe.

4.1.14. Os aplicadores deverão estar capacitados para desempenharem a função. Esta capacitação será atestada pelo responsável técnico, o qual deverá selecionar o EPI adequado tecnicamente ao risco a que o trabalhador será exposto.

4.1.15. Esta contratação visa ao controle de insetos rasteiros e voadores, ratos, formigas e baratas.

4.1.16. A garantia do serviço prestado deverá ser de 03 (três) meses para cada aplicação, inclusive em caso de quebra da isca, se houver reinfestação, entre outros incidentes.

4.1.17. Os produtos saneantes desinfestantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devem ser devidamente registrados na ANVISA, conforme RDC nº 52 de 22 de outubro de 2009.

4.1.18. Os serviços serão solicitados por meio de ordem de serviço (ANEXO), e serão realizados, de preferência, entre 08h as 12h e 14h as 18h, sendo finalizado no mesmo dia. Havendo justificada necessidade, o serviço poderá ser estendido após as 18 horas.

4.1.19 A empresa deverá informar por escrito, via impressa ou por e-mail, no prazo de 04 (quatro) horas, a possibilidade ou não de atendimento da solicitação, devendo justificar o motivo quando não for possível.

4.1.20 A contratante e a contratada deverão acordar entre si se para a execução do serviço haverá a necessidade de desocupação do local e o tempo deste. Após definida a data de desocupação a Contratada deverá disponibilizar a contratante um comunicado de interdição para controle, conforme ANEXO, a fim de ser afixado na entrada principal do local onde será realizado o serviço.

4.1.21 A sinalização ou comunicado (Anexo) deverá ser afixado no local de tratamento com no mínimo 24h de antecedência (salvo em caso de urgência).

4.1.22 Após a execução do serviço a contratada deverá disponibilizar o aviso de área controlada, conforme ANEXO.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A demanda do órgão gerenciador e dos participantes tem como base as seguintes características:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

5.1.1 Para a prestação dos serviços de desinfestação, desinsetização, desratização, foi considerada as áreas internas e externas dos *Campi* Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Amajari e Novo Paraíso, as quais constam especificadas como quantidade mínima nas tabelas do item 1.2.

5.1.2. O cálculo das quantidades máximas de cada *Campus* foi estimado considerando a requisição do serviço **até cinco vezes** para a área interna e **até duas vezes** para a área externa do *Campus* Boa Vista, **até quatro vezes** para as áreas interna e externa do *Campus* Boa Vista Zona Oeste, **até seis vezes** para a área interna e **até duas vezes** para a área externa do *Campus* Novo Paraíso e **até duas vezes** para a área interna do *Campus* Amajari durante o período de doze meses de vigência do contrato, dependendo da necessidade da Instituição.

5.1.3. Para dimensionamento da proposta, a licitante deverá considerar a necessidade de fornecimento de todos os materiais necessários e o emprego de todos os equipamentos, ferramentas e equipamentos de proteção individual imprescindíveis à execução do serviço e a proposta deverá ser apresentada com preço por metro quadrado (m²) em moeda nacional.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1. Todos os serviços especificados deverão ser executados conforme demanda levantada pelo setor responsável no âmbito dos *Campi* Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Amajari e Novo Paraíso, devendo seguir um cronograma de atividades estabelecido antecipadamente e serem executados preferencialmente aos sábados, domingos e feriados, conforme calendário oficial dos *Campi*, visando evitar danos à saúde dos usuários.

6.1.1.1 Os serviços serão executados nos endereços abaixo:

a) Campus Boa Vista: Av. Glaycon de Paiva, 2496 - Pricumã - Boa Vista - RR - CEP: 69.303-340

b) Campus Boa Vista Zona Oeste: Rua Prof. Nonato Chacon, Nº 1976 - Bairro Laura Moreira (Conjunto Cidadão) - Boa Vista - RR / CEP: 69.318-060

c) Campus Novo Paraíso: Rodovia BR174, km 512, Novo Paraíso, Caracaraí – RR / CEP: 69.365-000

d) Campus Amajari: Rodovia Antonio Menezes da Silva, km 03, Vila Brasil, Amajari – RR / 69.343-000

6.1.2. Os produtos utilizados devem ser adequados e aprovados pela fiscalização sanitária competente e, sempre que possível, serão atóxicos e inodoros, que permitam a continuidade do trabalho durante os serviços de dedetização.

6.1.3. Os aplicadores utilizados devem ser adequados e compatíveis com os métodos e locais de aplicação.

6.1.4. Elaboração periódica de relatórios permitindo melhor avaliar a execução do trabalho.

6.1.5 Os serviços deverão ser executados por profissionais especializados, devidamente equipados com EPIs adequados aos serviços.

6.1.6 Caso seja necessário afastar móveis para aplicação dos produtos, o afastamento deverá ser feito pela contratada. Havendo esta necessidade, ao término da aplicação dos produtos, a contratada deverá voltar os móveis ao seu local de origem.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA**

6.1.7 Desde que respeitadas as determinações do plano de trabalho indicado pela contratante, a contratada poderá realizar o serviço da forma que considerar a mais adequada, devendo, porém, responsabilizar-se pelas consequências do uso irregular dos produtos.

6.1.8 A contratada deverá fazer novas aplicações dos produtos quantas vezes forem necessárias, de forma a garantir a qualidade do serviço contratado, em virtude da quebra de iscas, falhas nos processos de pulverização e na aplicação do gel inseticida, bem como se ocorrerem novas infestações de pragas, insetos e roedores, entre outros incidentes que venham a ocorrer.

6.1.9 Somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfestantes devidamente registrados na ANVISA.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. São requisitos básicos da contratação:

7.1.1. Atuar no ramo pertinente ao objeto da licitação;

7.1.2. Estar com o seu cadastro regular no SICAF;

7.1.3. Não estar impedido de contratar com qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

7.1.4. Não esteja sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

7.1.5. Ter executado serviços compatíveis ao objeto da licitação;

7.1.6. Ter disponibilidade de equipamentos em perfeito estado de conservação e funcionamento para prestação dos serviços;

7.1.7. Possuir no seu quadro funcional, pessoal habilitado e treinado para execução dos serviços a serem contratados.

7.1.8. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Profissional competente, para serviços de controle de vetores e pragas urbanas, desinsetização, desratização e similares.

7.1.9. Declaração do Responsável Técnico, devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, de que acompanhará e se responsabilizará pelos serviços prestados durante todo o período da contratação.

7.1.10. De acordo com a Resolução - RDC nº 18, de 29 de fevereiro de 2000 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, são habilitados para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas os seguintes profissionais: biólogo, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, engenheiro químico, farmacêutico, médico-veterinário e químico.

7.1.11. Certidão de registro do Responsável Técnico no Conselho Regional competente na qual conste atestado de responsabilidade técnica em serviço de controle de vetores e pragas com características pertinentes e compatíveis com as exigidas no presente Termo de Referência.

7.1.12. Comprovação de Cadastro válido no IBAMA: referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadores de Recursos Ambientais (CTF/APP) para a prestação de serviços de controle de pragas domésticas com aplicação de produtos químicos, De acordo com o Anexo I da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

7.1.13. Comprovação de Licença sanitária e ambiental para funcionamento conforme exigência do art. 5º, da RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, da ANVISA.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

7.1.14. Comprovação de possuir em seu quadro permanente responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas.

7.1.15. A comprovação do vínculo profissional será realizada através de Cópia da CTPS, ou da ficha de registro do empregado, ou de contrato de prestação de serviços, ou do contrato social da empresa em que conste o profissional como sócio.

7.1.16. A empresa deverá comprovar ainda que o responsável técnico possui comprovação oficial da competência para exercer tal função emitida pelo seu conselho profissional, conforme Seção II, Art. 8º, § 2 da Resolução Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2009.

7.2. A presente contratação deverá ser feita para um período de 12 meses, podendo haver prorrogação do contrato por até 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, II, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

8. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O acompanhamento e a fiscalização do serviço serão de responsabilidade dos Servidores designados por portaria da Direção-Geral de cada um dos *Campi*, a qual será anexa ao processo, cabendo a estes anotar e registrar todas as ocorrências verificadas durante a execução da contratação.

8.2. A comunicação entre a fiscalização do serviço e a contratada será realizada por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.3. Aos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato caberão o ateste das faturas dos serviços prestados, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no Contrato e no Edital de licitação com seus anexos.

8.4. O acompanhamento e a fiscalização do Contrato poderão ser processados nos termos dos arts. 39 a 47 da IN/SEGES/MPOG nº 05/2017.

8.5. Os servidores indicados para fiscalizar o contrato podem sustar qualquer trabalho/entrega que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

8.6. O pagamento será realizado tomando por base a prestação de serviço realizada, mediante a apresentação de Nota Fiscal de serviço.

8.6.1. Como condição indispensável para emissão do ateste pelo Fiscal do Contrato, a contratada deverá apresentar os seguintes documentos quando da apresentação da Nota Fiscal:

8.6.1.1. Relatório das atividades, com apresentação do cálculo do valor dos serviços;

8.6.1.2. O relatório deverá conter os seguintes elementos:

a) Assinatura do responsável técnico da contratada;

b) Espaço para assinatura do responsável pelo acompanhamento do serviço;

c) Data e hora da realização dos serviços;

b) Discriminação detalhada dos serviços com os quantitativos;

8.6.1.3 Comprovação da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;

8.6.1.4 Outros documentos legais e/ou contratuais determinados pelo fiscal do contrato.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

8.6.2. O fiscal deverá ajustar o pagamento devido à contratada de acordo com a aplicação dos indicadores constantes no instrumento de medição de resultado (IMR), ANEXO.

8.6.3. O fiscal promoverá a análise do relatório e dos valores a serem pagos pelos serviços efetivamente prestados no período, e informará qualquer inconsistência à contratada.

8.6.4. O pagamento será executado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal de Serviços à Contratante, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, acompanhada dos documentos relacionados nos subitens do item 8.6.1 deste Termo de Referência.

8.7. As demais regras relativas à gestão contratual estarão dispostas na legislação que rege a matéria.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades necessárias para a perfeita execução do serviço, promovendo sua substituição quando necessário.

10. VISTORIA

10.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 11 horas e das 14 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones/e-mails abaixo informados, podendo sua realização ser comprovada por declaração emitida pelo licitante, conforme modelo do ANEXO, de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade):

a) *Campus* Boa Vista: (95) 3621-8046 e/ou e-mail: daplan@ifrr.edu.br – Diretoria de Administração e Planejamento

b) *Campus* Boa Vista Zona Oeste: (95) 3625-4527 / 98123-1166 e ou e-mail: dap.cbvzo@ifrr.edu.br – Departamento de Administração e Planejamento

c) *Campus* Novo Paraíso: (95) 3532-4103 e ou e-mail: dap.cnp@ifrr.edu.br – Departamento de Administração e Planejamento

d) *Campus* Amajari: (95) 3593-1119 / 3593-1143 e ou e-mail: dap.amajari@ifrr.edu.br – Departamento de Administração e Planejamento

10.2. A vistoria terá caráter facultativo.

10.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

10.4 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado

11. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 A execução dos serviços será iniciada em até 90 (noventa) dias a contar da assinatura do contrato.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

12.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

12.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

12.6 A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.5 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.6 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

13.7 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

13.8 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

13.9 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.10 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

13.11 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.15 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

13.15.1 Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá entregar declaração de que instalará escritório no município de Boa Vista/RR, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

Além das obrigações acima na execução do serviço a Contratada deverá:

13.16. Executar os serviços no prazo máximo de 7 (sete) dias após o recebimento da ordem de serviço a ser emitida pelo setor responsável, que poderá ser disponibilizada à contratada na forma impressa ou via arquivo digital encaminhado por e-mail;

13.17. Obedecer à melhor técnica vigente e enquadrar-se rigorosamente nos preceitos normativos da ABNT, quando da execução dos serviços.

13.18. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/pequena poluição, tais como:

13.18.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;

13.18.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

13.18.3. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

13.18.4. Adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

13.18.5. Ao término dos serviços, a contratada deverá fornecer o Certificado de Garantia dos serviços prestados, com prazo não inferior a 3 (três) meses para desinsetização e desratização.

13.18.6. **Durante a vigência da Garantia** a CONTRATADA deverá atender aos chamados da CONTRATANTE para eventuais necessidades de reforço no controle de pragas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, visando assegurar a eficiência dos tratamentos nos prazos acima determinados.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

16.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO VIII, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

16.5 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto em ANEXO, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.6 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.7 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.8 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.9 Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.10 A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.11 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

16.12 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.13 O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.14 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.15 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.16 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.17 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

16.17.1 Exigir da contratada um orçamento prévio do serviço a ser executado;

16.17.2 À Fiscalização assiste o direito de não aprovar a medição dada como concluída pela contratada, desde que não esteja dentro dos requisitos exigidos nas especificações deste Termo de referência, devendo a Contratada sanar as falhas encontradas sem nenhum ônus para a Contratante;

16.17.3 O serviço deverá desenvolver-se sempre em regime de estreito entendimento entre a equipe de trabalho da Contratada e a Fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento do Contrato;

16.17.4 A presença da fiscalização no local dos serviços não diminuirá a responsabilidade da Contratada quanto a perfeita execução dos trabalhos;

16.17.5 Toda comunicação entre Contratada e Fiscalização deverá ocorrer por escrito;

16.17.6 A Contratada deverá comunicar por escrito a Fiscalização por ocasião da conclusão de etapa do serviço ou do serviço total (conclusão do mesmo), a fim de que a mesma possa efetuar o recebimento necessário;

16.17.7 Cumprir as demais atividades de fiscalização pertinentes ao serviço executado, de acordo com o instrumento convocatório respectivo e a legislação em vigor;

16.17.8 Em caso de dúvidas ou omissões do Projeto caberá a Fiscalização fixar o que julgar mais indicado, comunicando por escrito à Contratada a solução adotada; e

16.18 As aprovações parciais e totais, por parte da Fiscalização, dos serviços executados pela Contratada, não a eximem de responsabilidade por erros ou falhas que os mesmos possam conter. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA**

implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

17.3.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

17.3.2 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

17.4 O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

17.4.1 O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções.

17.4.2 O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

18.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.1 ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.2 falhar ou fraudar na execução do contrato;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

18.1.3 comportar-se de modo inidôneo; e

18.1.4 cometer fraude fiscal.

18.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2 Multa de:

18.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

18.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

18.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3 As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

18.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

18.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. DO PREÇO E COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS

19.1. O custo estimado global da presente contratação foi consumado por meio de pesquisa de preço que fará constar nos autos do processo administrativo.

19.2. Para efeito dos custos estimados para contratação, serão considerados os valores de mercado, cujo gasto estimado será determinado conforme os dados apresentados na tabela abaixo:

Item	Unidade do IFRR	Área em m ²	Qtd. máxima de requisições do serviço para 12 meses	Quant. Máxima do serviço em m ²	Valor máximo da contratação
1	Campus Boa Vista	18.699,25 (interna)	05	93.496,25	R\$ 142.114,30
		23.374,75 (externa)	02	46.749,75	R\$ 71.059,62
Total:		42.074	07	140.246.	R\$ 213.173,92
2	Campus Boa Vista Zona Oeste	3.573,50 (interna)	04	14.293	R\$ 21.725,36
		9.812,50 (externa)	04	39.250	R\$ 59.660,00
Total:		13.386	08	53.543	R\$ 81.385,36
3	Campus Novo Paraíso	8.386 (interna)	06	50.316	R\$ 91.575,12
		25.000 (externa)	02	50.000	R\$ 91.000,00
Total:		33.386	08	100.316	R\$ 182.575,12
4	Campus Amajari	8.248 (interna)	02	16.496	R\$ 30.022,75
Total:		8.248	02	16.496	R\$ 30.022,75
TOTAL GERAL:		97.093,40m ²	25	310.599,79m ²	R\$ 507.157,12

19.3. A estimativa dos serviços utilizada para fins de composição de custos será adotada como referencial fixo para os 25% (vinte e cinco por cento), no que tange a acréscimos e supressões, mencionados no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

19.4. Nos preços propostos que a licitante vier a fornecer já deverão estar incluídos todos os custos necessários a prestação dos impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

fretes, seguros, transporte, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante da proposta.

20. VIGÊNCIA DO CONTRATO

20.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

21. METODOLOGIA

21.1. O critério de aceitação das propostas será o de menor preço global.

22. VALIDADE DA PROPOSTA

22.1. Toda proposta entregue deverá ter prazo de validade igual ou superior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

22.1.1. O envio da proposta implica na aceitação do prazo mínimo de validade e de todas as regras do edital e seus anexos, mesmo que nela não o contenha expresso.

23. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

23.1. Tendo em vista que outras unidades deste IFRR não estão participando da presente contratação, bem como a fim de auxiliar outros órgãos da administração pública que necessitem dos mesmos serviços ora contratados, baseado no princípio da economicidade, a ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

23.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

23.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

23.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, **ao dobro do quantitativo de cada item** registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

23.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

23.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

23.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

24. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, ANEXO, cujo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

24.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou por meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

24.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

24.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

24.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

25. TERMO DE CONTRATO

25.1. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato, ANEXO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/93, conforme disciplinado no contrato.

25.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

25.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

25.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

25.4. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

26. REAJUSTE

26.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, utilizando-se como base o IPCA – Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo, indicador oficial do governo federal para aferição das metas inflacionárias.

26.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

27. PAGAMENTO DA NOTA FISCAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

27.1. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pelo próprio fornecedor, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

27.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após à entrega da nota fiscal/fatura no protocolo da Contratante, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/Fatura discriminativa e Certidões de regularidade fiscal e trabalhista federal, estadual e municipal), devidamente atestada, considerando-se o preço apresentado em sua proposta.

27.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

27.4. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

27.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

27.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

27.7. Nos termos da Instrução Normativa SEGES n.º 05/2018, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

27.7.1. não produziu os resultados acordados;

27.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

27.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

27.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

27.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

27.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

27.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

27.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

27.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

27.14. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

27.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

27.15.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

27.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

28. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

28.1. A classificação orçamentária será na funcional programática 12.363.2080.20RL.0014, PTRES: 108921, Fonte: 8100, natureza de despesa 339039, PI: L63BVP01BVN, com alocação a ser realizada pelos setores responsáveis pelo orçamento de cada *Campus*, a qual constará nos autos do Processo Administrativo. A referida classificação atende ao que dispõe a Portaria Interministerial nº. 163, de 4 de maio de 2001 (atualizada) (Publicada no D.O.U. no 87-E, de 07.05.2001) e Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002, DOU de 17.9.2002, e alterações.

29. DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1. Homologado o resultado da licitação, o *Campus* Boa Vista convocará o licitante dentro da validade de sua proposta respeitada à ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de contratação/prestação dos serviços nas condições estabelecidas.

29.2. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços e dentro de sua validade, a licitante vencedora poderá ser convocada para assinar o contrato em até 10 (dez) dias, contados da data do recebimento da notificação, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, uma única vez, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra relevante motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

29.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem onera o objeto do contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE, em que esta não tenha dado causa.

29.4. Os valores e quantitativos expressos neste Termo de Referência constituem mera estimativa de gasto e utilização, podendo ocorrer, ao final do contrato, consumo inferior ao previsto, considerado principalmente o parágrafo seguinte.

29.5. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato, a qualquer momento, diante de razões de interesse público (principalmente quando na adoção de outra forma/sistemática de execução do objeto de forma a proporcionar maior eficiência operacional), conforme previsto na lei 8.666/93 no art.79, I, combinado com o art. 78, XII.

Boa Vista – RR, 21 de dezembro de 2018.

GEFERSON SANTOS DE SANTANA

Diretor de Planejamento e Administração – em exercício



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

ANEXO II
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º

PROCESSO N.º

PREGÃO N.º

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de 200..., publicada no de de, inscrito(a) no CPF sob o nºportador(a) da Carteira de Identidade nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/20..., publicada no de/20....., processo administrativo nº, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, na Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 5, de 26 de maio de 2017 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de *Pregão* nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item Ou lote do TR	Prestador do serviço (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)				
	Especificação	Unidade de medida ou tarefa	Valor Unitário	Valor global ou total	Garantia

3. ORGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.3.1. *A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.*

5.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.8.1. por razão de interesse público; ou

5.8.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3. *A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA**

de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

ANEXO III
MODELO DE TERMO DE CONTRATO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O
IFRR/CAMPUS E A
EMPRESA**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/*Campus*, com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20...., publicada no DOU de de de, inscrito(a) no CPF nº, portador(a) da Carteira de Identidade nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e da Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE	HORÁRIO/ PERÍODO	VALORES

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

Empenho:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IPCA – Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo, indicador oficial do governo federal para aferição das metas inflacionárias.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

11.1. É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Boa Vista - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

ANEXO IV
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. A qualidade dos serviços prestados será medida por meio dos indicadores estabelecidos abaixo.
- 1.1. Quando os indicadores resultarem em valor acima de 6 pontos, além da glosa, poderá ser aplicada multa compensatória de forma proporcional à obrigação inadimplida, conforme sanção descrita no Termo de Referência.
- 1.2. A recorrência de motivos que levaram à aplicação de glosas poderá se configurar inexecução do objeto do contrato, situação sujeita a sanções administrativas.
- 1.3. O resultado da apuração da pontuação e respectivo percentual da glosa, serão comunicados pelo fiscal do contrato, por meio de notificação formal, à então contratada, que terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação, para contestar.
- 1.4. A cada glosa, os valores do somatório serão zerados, de forma a não haver duplicidade.

Indicador	
Somatório ponderado de ocorrências (irregularidades) apresentadas durante execução contratual.	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que os serviços sejam realizados conforme especificado no Termo de Referência
Meta a cumprir	Prestação de 100% dos serviços dentro das especificações do TR
Instrumento de medição	Planilha de controle de ocorrências
Forma de acompanhamento	Verificar as datas das ocorrências dentro do intervalo mensal efetuando o devido registro das mesmas para apuração total ao fim de cada período avaliado.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Somatório da pontuação obtida em cada ocorrência apontada dentro do período definido, conforme tabela de pontuação acumulada (abaixo).
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento (glosas)	Até 2,0 (dois) pontos, será pago 100% do valor correspondente aos serviços, ou seja não há glosa da NF; De 2,1 à 4,0 pontos, será pago 97% do valor correspondente aos serviços, ou seja, glosa de 3% sobre o valor da nota fiscal; De 4,1 à 6,0 pontos, será pago 95% do valor correspondente aos serviços, ou seja, glosa de 5% sobre o valor da nota fiscal; e Acima de 6,0 pontos, será pago 90% do valor correspondente aos serviços, ou seja, glosa de 10% sobre o valor da nota fiscal.
Observações	

TABELA DE PONTUAÇÃO DE OCORRÊNCIAS

OCORRÊNCIA	AFERIÇÃO	PONTUAÇÃO	Nº DE OCORRÊNCIA NO PERÍODO	PONTUAÇÃO TOTAL
Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado	0,2		
Oferecer os serviços com		0,2		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

qualidade ou quantidade inferior à demandada.	corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.			
Deixar de manter durante toda a vigência do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.		0,3		
Deixar de apresentar em tempo hábil, juntamente com a nota fiscal, relatório com a descrição dos serviços que foram realizados naquele período.		0,2		
Pontuação Total do Serviço				

Período da Avaliação: ____/____/____ a ____/____/____.

ASSINATURA
FISCAL DO CONTRATO

ASSINATURA
REPRESENTANTE DA EMPRESA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU RENÚNCIA

Nome da empresa:
CNPJ nº Endereço:
.....
Fone:.....Fax:
E-mail:

() Declaro que vistoriei minuciosamente os locais para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital de Licitação nº ____/20____, e tomei conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletei informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial.

() Optamos pela não realização de vistoria assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

....., de de 20.....

Visto do representante legal ou procurador da empresa:

CPF:.....

Carteira de Identidade: Órgão Expedidor:

(Obs. Enviar preenchido e assinado com cópia autenticada da procuração se for o caso)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

ANEXO VI
COMUNICADO DE INTERDIÇÃO PARA CONTROLE

A EMPRESA

Responsável Técnico:

N.º de registro no conselho de classe:

**COMUNICA A INTERDIÇÃO DO AMBIENTE PARA COMBATE DE VETORES E PRAGAS
URBANAS NESTE AMBIENTE**

DATA: ____/____/____

**NÃO É RECOMENDADA A PERMANÊNCIA NOS AMBIENTES DURANTE A APLICAÇÃO E
ANTES DO PERÍODO MÍNIMO DE ____h.**

- O período de desocupação pode ser maior e será especificado no comunicado de aplicação.
- Favor deixar as salas com acesso livre, ou deixar as chaves na portaria e avisar o vigilante (caso não seja autorizada a entrada, informar por escrito aos vigilantes especificando os locais de acesso não permitido).
- Não deixar expostos alimentos na data de dedetização.
- Os responsáveis ou outros que acompanharem o serviço devem observar os trabalhos sem entrar em contato com os produtos ou seus vapores devendo retornar ao ambiente no mínimo duas horas após a aplicação. Evitar permanecer em ambientes fechados antes do período recomendado.

Assinatura responsável (empresa): _____

Assinatura responsável (local): _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

ANEXO VII
COMUNICADO DE ÁREA CONTROLADA

A EMPRESA

Responsável Técnico:

N.º de registro no conselho de classe:

COMUNICA QUE NESTE AMBIENTE FOI REALIZADO O CONTROLE DAS SEGUINTE PRAGAS

DATA: ____/____/____; **HORA** ____:____.

<input type="checkbox"/> BARATAS	<input type="checkbox"/> DENGUE	<input type="checkbox"/> RATOS	<input type="checkbox"/> CUPINS	<input type="checkbox"/> FORMIGAS	<input type="checkbox"/> ESCORPIÕES	<input type="checkbox"/> CARRAPATOS
<input type="checkbox"/> PULGAS	<input type="checkbox"/> MOSCAS	<input type="checkbox"/> POMBOS	<input type="checkbox"/> LAGARTAS	<input type="checkbox"/> TRAÇAS	<input type="checkbox"/> ARANHAS	<input type="checkbox"/> _____

FORAM UTILIZADOS OS SEGUINTE PRODUTOS:

<input type="checkbox"/> CIPERMETRINA	<input type="checkbox"/> PERMETRINA	<input type="checkbox"/> CUMARYNNAS	<input type="checkbox"/> BROMADIOLONE	<input type="checkbox"/> CARBAMATO
<input type="checkbox"/> SULFLURAMIDA	<input type="checkbox"/> HIDRAMETILNONA	<input type="checkbox"/> TEMEFÓS	<input type="checkbox"/> ÓLEO MINERAL	<input type="checkbox"/> BIFENTRINA

O AMBIENTE PODERÁ SER OCUPADO A PARTIR DE: ____/____/____ ÀS ____:____ HORAS

- Lavar todos os utensílios utilizados para alimentos (panelas, talheres, pratos e outros);
- Limpar superfícies expostas de mesas, armários e outros utilizando pano úmido, com água e detergente neutro;
- Deixar o ambiente aberto para arejar por pelo menos ____ horas antes de ocupar;
- Pontos de iscagem, caso existam estarão devidamente identificados;
- Em caso de sintoma de intoxicação procure o Centro de Intoxicações ou serviço de saúde levando estas informações;
- Maiores informações, ligar para a EMPRESA e consultar pelo número da Guia de Aplicação: _____.

ASSINATURA DO APLICADOR RESPONSÁVEL: _____.



ANEXO VIII
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR N.º 05/2018
ÓRGÃO GERENCIADOR
Serviços continuados sem dedicação de mão-de-obra exclusiva

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada em **prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas, englobando desinfestação, desinsetização, desratização**, com execução por demanda, para atender às necessidades dos Campi Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Amajari e Novo Paraíso do Instituto Federal de Roraima, por um período de 12 meses, conforme endereços dos locais de prestação dos serviços listados abaixo.

Campus Boa Vista: Av. Glaycon de Paiva, 2496 - Pricumã - Boa Vista - RR - CEP: 69.303-340

Campus Boa Vista Zona Oeste: Rua Prof. Nonato Chacon, N° 1976 - Bairro Laura Moreira (Conjunto Cidadão) - Boa Vista - RR / CEP: 69.318-060

Campus Novo Paraíso: Rodovia BR174, km 512, Novo Paraíso, Caracarái – RR / CEP: 69.365-000

Campus Amajari: Rodovia Antonio Menezes da Silva, km 03, Vila Brasil, Amajari – RR / 69.343-000

2. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS (ANEXO III, 2, A.)

O objeto do presente documento fundamenta-se na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores; Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.485 de 25 de novembro de 2002; Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015; Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997 e, ainda, na Instrução Normativa nº 02, de 11/10/2010 (SLTI-MPOG) e suas alterações posteriores, Instrução Normativa nº 05, de 27/06/2014 (SLTI-MPOG). Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017 (SLTI-MPOG) e demais normas aplicáveis à matéria.

3. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES (IN 5/2017 - ANEXO III, 2, B.)

De acordo com a pesquisa realizada, a última contratação realizada no âmbito do Campus Boa Vista ocorreu no ano de 2010, não tendo sido gerado contrato que pudesse vir a ser analisado.

Quanto aos Campi Boa Vista Zona Oeste e Novo Paraíso, os mesmos estão pleiteando a sua primeira contratação do presente objeto.

Quanto ao Campus Amajari a última contratação realizada ocorreu no ano de 2017.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (IN 5/2017 - ANEXO III, 2, C.)

Para fins do disposto na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 este documento se classifica nos termos do Art. 4 da respectiva lei como, informação, documento e disponibilidade conforme seus incisos abaixo:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

(...)

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

5. JUSTIFICATIVA PELA UNIDADE REQUISITANTE DA CONTRATAÇÃO (IN 5/2017 - ANEXO III, 3.1, A.)

A contratação se justifica devido a necessidade de manter em pleno funcionamento as instalações dos Campi do IFRR, sem a presença indesejável de vários tipos de insetos e animais nocivos à saúde, como é o caso do transmissor do vírus da Dengue, proporcionando assim, ambiente agradável para o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas, torna-se imprescindível a contratação de uma empresa especializada em controle sanitário, mantendo assim, o controle biológico das pragas urbanas.

Com a contratação, a Administração espera propiciar a manutenção das condições ambientais e dos imóveis disponibilizados aos seus discentes, servidores e colaboradores, evitando os riscos de contaminação por agentes externos que são facilmente eliminados por meio dos serviços ora propostos, propiciando as condições de higiene adequadas, prevenindo e/ou combatendo doenças e acidentes, elevando os níveis de satisfação e motivação pessoal.

6. ALINHAMENTO AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2014-2018 (IN 5/2017 - ART. 24, II e ANEXO III, 3.2.)

A presente contratação servirá de apoio para atendimento dos objetivos estratégicos da Gestão Administrativa e Financeira presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018.

Além disso, os serviços a serem contratados são de utilidade para outros departamentos da instituição e são atividades meio necessárias para o alcance de vários dos seus objetivos estratégicos, também presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (IN 5/2017 - ART. 24, III e ANEXO III, 3.3)

São requisitos básicos da contratação:

1. Atuar no ramo pertinente ao objeto da licitação;
2. Estar com o seu cadastro regular no SICAF;
3. Não estar impedido de contratar com qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
4. Não esteja sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
5. Ter executado serviços compatíveis ao objeto da licitação;
6. Ter disponibilidade de equipamentos em perfeito estado de conservação e funcionamento para prestação dos serviços;
7. Possuir no seu quadro funcional, pessoal habilitado e treinado para execução dos serviços a serem contratados.

A presente contratação deverá ser feita para um período de 12 meses iniciando, preferencialmente em junho de 2018.

O serviço possui natureza continuada, podendo haver prorrogação do contrato por até 60 meses, conforme art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

O serviço possui natureza continuada pelo fato de ser necessário diariamente e sua interrupção causar prejuízo à prestação dos serviços realizada pelo Campus Boa Vista.

8. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES* (IN 5/2017 - ART. 24, IV e ANEXO III, 3.4)

Conforme tabela abaixo, especificamos a estimativa da contratação para um período de 12 meses.

LOCAL	ÁREA	UNIDADE	QUANT. Mínima	QUANT. Máxima
Campus Boa Vista	Interna	M²	18.699,25	93.496,25
	Externa		23.374,53	46.749,06



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

Campus Boa Vista Zona Oeste	Interna	M ²	3.573,12	14.292,48
	Externa		9.812,50	39.250
Campus Novo Paraíso	Interna	M ²	8.386	50.316
	Externa		25.000,00	50.000
Campus Amajari	Interna	M ²	8.248	16.496
TOTAL:			97.093,40m ²	310.599,79m ²

As quantidades mínimas são as metragens das áreas interna e externa dos Campi.

O quantitativo máximo de serviços foi calculado multiplicando a metragem total das áreas pela quantidade de vezes em que o serviço poderá ser demandado.

Para a área interna do Campus Boa Vista estima-se que o serviço poderá ser solicitado até cinco vezes ao longo da vigência contratual, e para a área externa até duas vezes.

O Campus Boa Vista Zona Oeste estimou quatro demandas do serviço para ambas as áreas, ao longo de 12 meses.

O Campus Novo Paraíso estimou que o serviço poderá ser solicitado até seis vezes ao longo da vigência contratual para a área interna, e para a área externa até duas vezes.

O Campus Amajari estimou duas demandas do serviço para a área interna, ao longo de 12 meses.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR (IN 5/2017 - ART. 24, V e ANEXO III, 3.5)

Para o levantamento de mercado foi realizada pesquisa no Pannel de Preços do Ministério do Planejamento, onde foi identificada que a metodologia utilizada para a contratação desse serviço é por meio da metragem da unidade onde o mesmo será executado, uma vez que as empresas participantes da licitação farão suas propostas informando quanto cobrariam para prestar o serviço por metro quadrado da área da Instituição.

Quanto a justificativa da solução a contratar, a mesma se dá devido ao fato de não possuímos equipamentos e pessoal capacitado para a prestação do serviço, sendo possível buscar no mercado empresas especializadas no combate a vários tipos de insetos e animais nocivos à saúde como ratos, formigas, mosquitos, moscas, baratas e outros que podem causar doenças graves às pessoas e deterioração do patrimônio público.

10. ESTIMATIVAS DE PREÇOS* (IN 5/2017 - ART. 24, VI e ANEXO III, 3.6)

Para fins de estimativa de preços foi realizada pesquisa no Pannel de Preços do Ministério do Planejamento, conforme inciso I do art. 2.º da Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº. 3 de 20 de abril de 2017.

A pesquisa realizada segue anexa a este estudo e apresentou os seguintes valores para a descrição: Desinsetização/Desratização/Dedetização:

Item	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	Pregão 2/2018 Uasg 160375	Pregão 9/2018 Uasg 120023	Pregão 11/2018 Uasg 160348	MÉDIA (A)
			Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário	
1	Desinfestação, desinsetização e desratização (serviços de controle sanitário no combate a pragas urbanas).	M ²	R\$ 0,10	R\$ 0,19	R\$ 0,20	R\$ 0,16



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

Utilizando-se o valor da média encontrada na pesquisa de preços, tem-se o valor máximo aceitável para a contratação.

Unidade do IFRR	Quant. do serviço em m ² (B)	Valor máximo da contratação (AxB)
Campus Boa Vista	140.246	
Campus Boa Vista Zona Oeste	53.543	
Campus Novo Paraíso	100.316	
Campus Amajari	16.496	
TOTAL	310.599,79	

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (IN 5/2017 - ART. 24, VII e ANEXO III, 3.7)

A contratação será realizada por meio da prestação dos serviços sem fornecimento de mão de obra exclusiva, com pagamentos realizados de acordo com a demanda dos serviços.

A contratada quando acionada, deverá realizar os serviços em prazo **não superior** a 7 (sete) dias corridos, iniciando-o sempre entre 08h00 e 12h00 e das 14h00 as 18h00, sendo finalizado no mesmo dia. Havendo justificada necessidade, poderá ser estendido após as 18 horas.

O controle de pragas deverá ser efetuado com uso de produtos aprovados pela inspeção sanitária competente, mediante aviso prévio de 72 (setenta e duas) horas e licença de operação fornecida pelo Vigilância Sanitária do Estado ou Coordenação de Municipal de Endemias do Município de Boa Vista, ou equivalente, caso sediada em outro Município ou Estado, e alvará sanitário fornecido pela prefeitura de sua localização. O primeiro serviço de controle de pragas deverá ocorrer, obrigatoriamente, nos primeiros 90 (noventa) dias de vigência do contrato.

Concluída a dedetização, desratização e descupinização, a área deverá ser entregue limpa e desimpedida de quaisquer entulhos, equipamentos e/ou restos de materiais.

A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual.

Fornecer a seus técnicos todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO* (IN 5/2017 - ART. 24, VIII e ANEXO III, 3.8)

Neste caso, a contratação é única e indivisível, envolvendo a prestação de serviços de dedetização, desratização e descupinização acompanhada do fornecimento de materiais e equipamentos, pois conforme já demonstrado anteriormente é o formato economicamente viável e que tem os melhores resultados ao nosso porte de Instituição.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS (IN 5/2017 - ART. 24, IX e ANEXO III, 3.9)

Pretende-se, com a contratação, garantir o combate a vários tipos de insetos e animais nocivos à saúde como ratos, formigas, mosquitos, moscas, baratas, e outros que podem causar doenças graves às pessoas e deterioração do patrimônio público, bem como, prevenir que, nos meses do ano em que Boa Vista enfrenta um período chuvoso, o aumento da proliferação de insetos e animais transmissores de doenças como: dengue, leptospirose e outros.

14. ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO (IN 5/2017 - ART. 24, X e ANEXO III, 3.10)

Para realização dos serviços em questão, não será necessário a adaptação dos Campi, haja vista que a contratada fornecerá todos os materiais necessários e o emprego de todos os equipamentos, ferramentas e equipamentos de proteção individual necessários à execução do serviço.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (IN 5/2017 - ART. 24, XI)

Na contratação em comento não será realizada nenhuma contratação correlata, uma vez que todos os materiais e equipamentos a serem utilizados pela contratada integram a presente contratação.

16. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (IN 5/2017 - ART. 24, XII)

Com base nos elementos anteriores do presente documento de Estudos Preliminares realizado por esta Equipe de Planejamento, DECLARAMOS que:

(X) É VIÁVEL a contratação proposta pela Reitoria e Campus Avançado Bonfim.

OU

() NÃO É VIÁVEL a contratação proposta pela unidade requisitante.

17. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

São responsáveis pela elaboração do presente documento que materializa os Estudos Preliminares da presente contratação os seguintes servidores:

Nome: Geferson Santos de Santana Siape : 2147492	Nome: Natália Maia Costa Siape : 2453850	Nome: Janaira Ribeiro Santana Siape : 2147915
---	---	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

ANEXO IX
MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

IFRR- <i>Campus</i>	SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO: Desinfestação, desinsetização e desratização (serviços de controle sanitário no combate a pragas urbanas), das áreas internas do IFRR/ <i>Campus</i>	N.º
CONTRATO N.º	EMPRESA:	DATA:

DADO(S) DO(S) SERVIÇO(S)			
QUANTIDADE (m ²)	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOCALIZAÇÃO:		CONTATO:	
RESPONSÁVEL:			

TOTAL GERAL:	R\$
--------------	-----

PARECER TÉCNICO:	
CONTRATADA:	DATA:

CONFIRMAÇÃO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO		
CONTRATADA	RESPONSÁVEL TÉCNICO	DATA

APROVAÇÃO DO IFRR – CAMPUS BOA VISTA		
CONTRATANTE	FISCAL DO CONTRATO	DATA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

ANEXO IX- MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

IFRR-Campus	SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO: Desinfestação, desinsetização e desratização (serviços de controle sanitário no combate a pragas urbanas), das áreas internas do IFRR/Campus	N.º
CONTRATO N.º	EMPRESA:	DATA:

DADO(S) DO(S) SERVIÇO(S)			
QUANTIDADE (m ²)	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOCALIZAÇÃO:		CONTATO:	
RESPONSÁVEL:			

TOTAL GERAL:	R\$
--------------	-----

PARECER TÉCNICO:	
CONTRATADA:	DATA:

CONFIRMAÇÃO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO		
CONTRATADA	RESPONSÁVEL TÉCNICO	DATA

APROVAÇÃO DO IFRR – CAMPUS BOA VISTA		
CONTRATANTE	FISCAL DO CONTRATO	DATA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

ANEXO X- VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL					
Item	Unidade do IFRR	Área em m²	Qtd. máxima de requisições do serviço para 12 meses	Quant. Máxima do serviço em m²	Valor máximo da contratação
1	Campus Boa Vista	18.699,25 (interna)	05	93.496,25	R\$ 142.114,30
		23.374,75 (externa)	02	46.749,75	R\$ 71.059,62
Total:		42.074	07	140.246.	R\$ 213.173,92
2	Campus Boa Vista Zona Oeste	3.573,50 (interna)	04	14.293	R\$ 21.725,36
		9.812,50 (externa)	04	39.250	R\$ 59.660,00
Total:		13.386	08	53.543	R\$ 81.385,36
3	Campus Novo Paraíso	8.386 (interna)	06	50.316	R\$ 91.575,12
		25.000 (externa)	02	50.000	R\$ 91.000,00
Total:		33.386	08	100.316	R\$ 182.575,12
4	Campus Amajari	8.248 (interna)	02	16.496	R\$ 30.022,75
Total:		8.248	02	16.496	R\$ 30.022,75
TOTAL GERAL:		97.093,40m²	25	310.599,79m²	R\$ 507.157,12